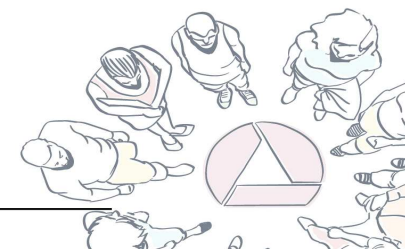


— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2020-2023 – EXERCÍCIO 2023

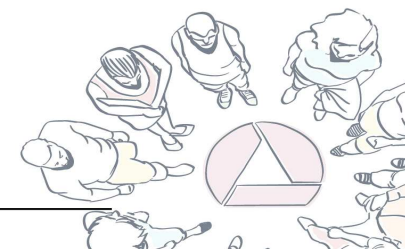
Tema/assunto: Infraestrutura e Mobilidade (PLE nº 188, 189, 190, 192, 198, 225/2022)

Proponentes: Emanuelle Bambirra Cabral Gomes, Maria Aparecida da Silva, () - Maria de Lourdes Rodrigues da Silva Filha Cordeiro, Maria do Carmo Barbosa Sousa, Robson de Oliveira Amano, Rogério Dias dos Santos Junior, Samuel Santos Rocha Machado, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Hailton Dias de Moura, Associação de Artesãos de Itamarandiba (Itamarandiba) - Maria Aparecida Alves dos Santos, Associação de Artesãos de Itamarandiba (Itamarandiba) - Valter Aparecido de Carvalho, Associação dos Moradores da Comunidade Barreiro (Araçuaí) - Adriana Teixeira Jardim, Câmara Municipal de Araçuaí (Araçuaí) - Danilo Marinho Lamêgo Borges, Grupo Cultural Sementes do Vale (Carbonita) - Nilce Gomes de Jesus Pinho, Instituto Cultural Amílcar Martins – Icam (Belo Horizonte) - Amílcar Vianna Martins Filho, Instituto Rosalva (Monte Azul) - Claudia Lucia Silveira, Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemals (Belo Horizonte) - Francisco Pereira Damasceno, Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemals (Belo Horizonte) - João Roberto de Souza Silva, Instituto Sociocultural do Jequitinhonha – Valemals (Belo Horizonte) - Luiz Gonzaga Medeiros, Movimento Nacio. Direitos Transp. Público de Qualidade - MDT (Belo Horizonte) - Junior José da Silva.

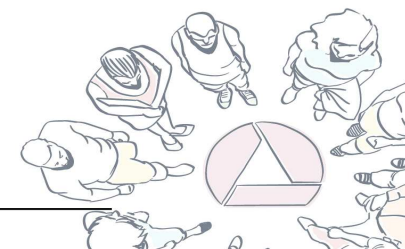


Requerimentos

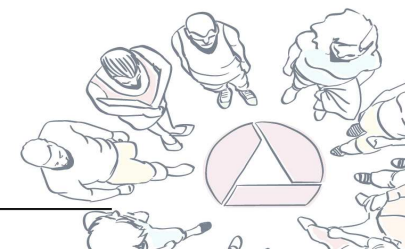
PLE	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta
188	12.217	DER-MG	Pedido de providências para realização de fiscalização pente-fino em todos os veículos do Move Metropolitano, incluindo a frota reserva, em todas as linhas troncais, e para o desenvolvimento de um aplicativo exclusivo para o trabalho dos fiscais de transporte que atuam na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a fiscalização do transporte público metropolitano.	Em resposta, o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais afirma que realiza vistorias programadas na frota metropolitana, dentro da capacidade operacional do setor de vistorias do órgão. A respeito da criação de um aplicativo que auxilie na fiscalização do transporte, o departamento afirma que está realizando estudos para o aprimoramento da fiscalização através de novas tecnologias.
189	12.218	SEINFRA	Pedido de providências para que as obras do Rodoanel tenham início pela alça norte, no Município de Sabará, no entrocamento com a BR-381, na região do Distrito de Ravena, em Sabará, em direção ao entrocamento com a MG-020, no Município de Santa Luzia, criando uma nova conexão metropolitana.	A Seinfra, em resposta, informa que as obras do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte se iniciarão no município de Sabará, pela alça norte, conforme solicitado pelo requerimento, conjuntamente com a alça oeste.
190	12.219	SEINFRA ARMBH	Pedido de providências para que, de forma articulada, busquem aprimorar a eficiência	- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: a PBH encaminhou resposta da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte,



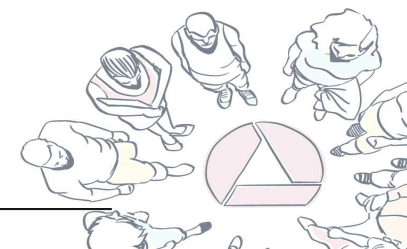
		<p>Prefeituras Municipais dos 34 municípios que compõem a RMBH</p>	<p>e o acesso ao transporte coletivo metropolitano por meio:</p> <ul style="list-style-type: none"> * da integração entre os sistemas municipais entre si, com o sistema metropolitano e com o metrô; * da criação de uma governança metropolitana do transporte; * da implantação de subsídio tarifário visando à modicidade tarifária; * da implantação de um bilhete único metropolitano; * da ampliação da rede de venda e de recarga de cartões para pagamento das tarifas; * da modernização das formas de pagamento das tarifas; e * do aumento da transparência na disponibilização de informações, bem como da agilidade na resolução de demandas dos usuários. 	<p>em que informa que já foi implementada a integração tarifária nas linhas de rede convencional e entre a rede convencional e o metrô. Apesar disso, ainda não foi possível a criação de uma integração com o sistema metropolitano em razão dos desafios existentes para a sua efetivação. Sobre as fontes de pagamento, a empresa afirma que vem trabalhando no sentido de receber o subsídio para a possibilidade de modicidade tarifária. Sobre a modernização do pagamento de tarifas, ações como a possibilidade de pagamento no cartão de crédito e débito, recargas pela internet e QRCODE no celular para o pagamento de tarifas são algumas das ações realizadas pelo município. Por fim, a BHTRANS afirma que atua no aprimoramento para melhor resolução de demandas dos usuários.</p> <p>- Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves: A Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves informou que o município vem trabalhando de forma ativa para que todos os usuários do transporte coletivo possam ter qualidade, eficiência e o conforto. Para isso foram intensificadas as fiscalizações às empresas de ônibus, as capacitações dos agentes, dentre outras atividades essenciais, para o desenvolvimento do município, bem como para a mobilidade urbana. A prefeitura acredita que as propostas apresentadas são essenciais para o desenvolvimento das cidades mineiras, contudo esclarece que este dialogo, deve ser provocada pelo poder publico estadual, tendo em vista as prerrogativas as quais possui. Dessa forma estão abertos e dispostos a atuar em conjunto com os demais municípios, bem como, em conjunto com o governo estadual, para que possam implementar políticas públicas, as quais gerarão mais comodidade, qualidade e</p>
--	--	--	---	--



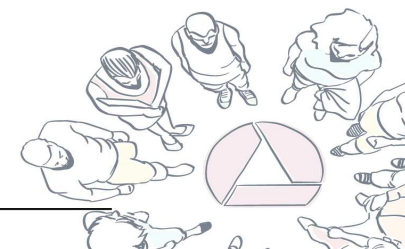
				<p>segurança no transporte coletivo.</p> <p>- Prefeitura Municipal de Rio Acima: a prefeitura de Rio Acima relatou os problemas que a cidade vem enfrentando relativos ao transporte público e à manutenção de trechos da rodovia MG 030. A prefeitura alega redução de frota em horários específicos do dia, além do não cumprimento dos horários estabelecidos, superlotação e estado precário dos veículos.</p>
190	12.220	SEINFRA DER-MG OGE	<p>Pedido de providências para, em conjunto, avaliarem a possibilidade de criação de um canal de ouvidoria específico no âmbito da OGE e de ouvidorias itinerantes nos terminais metropolitanos, com protocolos únicos e mais transparentes, voltados ao atendimento das demandas dos usuários do sistema de transporte coletivo metropolitano.</p> <p>Requer, ainda, que o parecer que originou este requerimento, disponível em https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/PLE/190/2022, seja também anexado a este e encaminhado aos referidos órgãos.</p>	<p>Em resposta ao requerimento, o diretor-geral do DER/MG informa que a OGE, competente pelo tema, dispõe de 9 (nove) ouvidorias temáticas, acolhedoras de manifestações sistêmicas prestadas por cidadãos, incluindo as relacionadas ao sistema de transporte coletivo metropolitano, notadamente a Ouvidoria de Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura e Desenvolvimento Social, que garante o adequado atendimento aos usuários do sistema de transporte coletivo do nosso Estado.</p>
190	12.221	SEINFRA SEPLAG	<p>Pedido de providências para prover, com urgência, os cargos vagos relativos às carreiras de gestão e de fiscalização dos sistemas de transporte coletivo metropolitano e intermunicipal – tanto no</p>	<p>Em resposta ao Requerimento a SEINFRA esclareceu que seu quadro de cargos efetivos é composto pelas seguintes carreiras, nos termos do anexo I da Lei nº 15.469, de 13 de janeiro de 2005: Carreira de Auxiliar de Transportes e Obras Públicas (AUTOP) - ensino fundamental; Carreira Agente de Transportes e Obras</p>



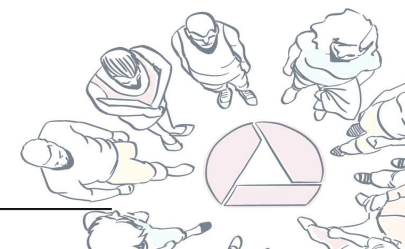
			<p>âmbito da Seinfra quanto do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem – DER-MG –, tendo em vista a escassez de pessoal, bem como enormes demandas e problemas presentes nesses sistemas.</p>	<p>Públicas (AGTOP) - ensino médio; Carreira Gestor de Transportes e Obras Públicas (GTOP) - ensino superior. As carreiras de fiscalização pertencem apenas ao quadro de cargos efetivos do Departamento de Edificações e de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG. Atualmente, segundo o anexo 1.12 do Decreto nº 47.745, de 01 de janeiro de 2019, a SEINFRA tem direito à 115 (cento e quinze) vagas dos cargos efetivos das carreiras acima citadas, das quais 66 (sessenta e seis) encontram-se preenchidas e 49 não preenchidas. O último concurso público para provimento de cargos da SEINFRA foi realizado em 2013 e, na época de vigência do concurso, não foi possível prover 05 (cinco) cargos AGTOP e 02 (dois) cargos GTOP, que não podem ser providos em decorrência da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Por fim, a competência no âmbito do estado para fazer as análises relativas à possibilidade de provimento de cargos, frente às limitações estabelecidas pela LRF, quanto para a realização de concursos é da SEPLAG.</p> <p>A SEPLAG, por sua vez, esclareceu que todo e qualquer pedido de nomeação de servidores deve ser encaminhado para o Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin para análise e deliberação, pela própria instituição interessada, por meio de processo assinado pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, no caso o Secretário Estadual de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra). Todavia, uma vez que o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais encontra-se acima do limite prudencial de despesas com pessoal, definido na Lei de Responsabilidade Fiscal, não é permitido provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer</p>
--	--	--	---	---



				título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores especificamente das áreas de educação, saúde e segurança, conforme consta no Art. 22 dessa Lei Complementar Federal. Isso significa que não há possibilidade, no momento, de abertura de concurso público e nem mesmo de contratação temporária para cargos da Seinfra ou do DERMG.
190	12.222	SEINFRA	Pedido de providências para analisar a possibilidade de incluir dois representantes dos usuários no Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano do Estado, aumentando assim a transparência na tomada de decisão e na gestão do transporte coletivo sob responsabilidade do órgão.	Em resposta, o Subsecretário de Transportes e Mobilidade afirma que "o Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano - CT é um órgão colegiado de natureza deliberativa, normativa e consultiva da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, sendo administrativamente a ela vinculado. Sua composição e atribuições estão estabelecidas na Lei Delegada 128, de 25 de janeiro de 2007. Dessa forma, a mudança na composição do conselho é competência da própria Assembleia Legislativa".
190	12.223	Comissão de Participação Popular – ALMG	Seja realizado um seminário legislativo sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte, para discutir os problemas, os desafios e as soluções para a gestão compartilhada da metrópole em vários campos de políticas públicas, entre as quais a mobilidade urbana.
192	12.227	IDENE	Pedido de providências para a elaboração de estudo técnico de análise de viabilidade para a construção de barramento no curso do Rio Piauí, afluente do Rio Jequitinhonha, para abastecimento da população rural dos	Requer seja encaminhado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para elaboração de estudo técnico de análise de viabilidade para a construção de barramento no curso do Rio Piauí, afluente do Rio Jequitinhonha, para abastecimento da população



			Municípios de Caraí, Araçuaí, Novo Cruzeiro e Itinga, de forma a garantir a disponibilidade de água tanto para o consumo como para a produção agropecuária.	rural dos Municípios de Caraí, Araçuaí, Novo Cruzeiro e Itinga, de forma a garantir a disponibilidade de água tanto para o consumo como para a produção agropecuária.
192	12.228	IDENE	Pedido de providências para apoiar a implantação de sistema de abastecimento de água, compostos por poços tubulares e reservatórios, para atendimento das localidades das áreas rurais do Município de Monte Azul, que apresentam dificuldades de acesso à água, tanto para consumo humano quanto para produção da agricultura familiar.	Em sua resposta, o Idene informa que embora não exista contrato vigente para instalação de poços artesianos, há expectativa de nova licitação para o serviço em 2023. O Instituto esclarece ainda, que a implantação destes sistemas é feita mediante a elaboração de estudos técnicos e de viabilidade e, dessa forma, a demanda do município de Monte Azul será analisada. Por fim, o Idene informa que realizou a entrega de diversos itens de segurança hídrica ao município de Monte Azul em 2022.
198	12.259	SEGOV	Pedido de providências para que estude a viabilidade de apoiar o Município de Araçuaí na construção de passarela sobre o Rio Gravatá, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável do município, bem como de apoiar, na melhoria das estradas vicinais, os Municípios de Sete Lagoas, Funilândia, Baldim, Capim Branco, Matozinhos e Ribeirão das Neves.	Em resposta ao requerimento, o secretário de Governo, informa que o órgão mais indicado para responder sobre o pedido contido no requerimento é a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra.
225	12.317	DER-MG	Pedido de providências para viabilizar a elaboração do projeto da rodovia estadual,	Em resposta, o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais informou que a referida



			que liga o Município de Sabará à BR-381, em Ravena, e para realizar melhorias nos trechos da BR-367 delegados ao Estado.	rodovia é parte integrante do Edital de Licitação 117/2022, cujo objeto é a "Contratação de empresa de consultoria para Elaboração de Projeto de Engenharia Rodoviária para Melhoramentos, Pavimentação e OAE, subdivididos em 10 (dez) lotes", sendo o trecho em questão listado no lote 03. Os projetos terão início após a conclusão do processo licitatório que, atualmente, se encontra em fase de análise de proposta técnica das licitantes. O prazo estimado para conclusão do objeto é 360 dias, contados a partir da ordem de início. Quanto à BR 367, informou que os trechos delegados ao Estado de Minas Gerais compreendem o segmento entre Diamantina e Entroncamento com a LMG 677 (p/ Turmalina), e o segmento entre Virgem da Lapa e Araçuaí. Em ambos encontram-se em execução os serviços de recuperação funcional dos pavimentos.
225	12.318	DNIT	Pedido de providências para melhoria dos trechos da BR-367 sob jurisdição federal.	Em resposta, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes informou algumas medidas a serem tomadas para melhoria da BR-367, ressaltando que após o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, as atividades têm previsão de início no segundo semestre desse ano e término em 2024. A autarquia também indica os trechos da BR-367 com os quais possui contrato, além da previsão de disponibilidade orçamentária para a realização de serviços de manutenção em trechos que apresentam estado de conservação ruim.

